

AS CIÊNCIAS HUMANAS NA HORA DA VIRAGEM LOGOTÉCNICA

ADRIANO DUARTE RODRIGUES

INTRODUÇÃO

As ciências humanas surgiram de uma vontade positiva de preenchimento do abismo que separa o logos da técnica. Quer se trate das modernas ciências históricas, económicas ou literárias, quer da psicologia, da antropologia ou da lingüística, deparamo-nos sempre, a partir do momento em que o homem se dá na modernidade, não só como sujeito, mas igualmente como objecto de saber, com a duplicidade do seu projecto disciplinar. Confrontada, por um lado, com os imperativos da realização da racionalidade e, por outro lado, com as implicações, previsíveis ou imprevisíveis, das invenções técnicas, esta duplicidade procede da própria natureza técnica da racionalidade moderna assim como da autonomia que os objectos técnicos adquirem pelo facto de, na modernidade, se constituírem, sob a forma de sistemas, como mundo próprio. Por isso, as ciências humanas não podem deixar de se apresentar como modalidades duais do saber, o que de facto acontece se nos lembrarmos da oposição entre sujeito e objecto do conhecimento, da tensão entre agente e paciente, da dicotomia entre sentido visado pelo agente e significação

das obras realizadas, das oposições entre estrutura de base e estrutura de manifestação, entre inconsciente e consciência, entre modo de produção e relações sociais. Ao longo da sua relativamente curta história, as ciências humanas são as disciplinas por excelência da modernidade, reflectem as suas contradições e as suas crises de legitimidade, são efectivamente o «braço secular» da racionalidade, na medida em que dão conta e pretendem resolver esta tensão entre a ordem racional do discurso e a ordem instrumental da técnica. Elaboram por isso um largo campo de formalizações conceptuais destinadas a reflectir especularmente, a compreender, a explicar e a tratar adequadamente este no *man's land* da razão que se desenvolveu nas margens da racionalidade moderna, abarcando tanto as patologias psíquicas e sociais como estes domínios fluidos das contradições e das crises que espreitam a estrutura e os modos de funcionamento das instituições. Respondem assim à própria ordem moderna da razão que, como se sabe, conta mais com procedimentos lógicos ou discursivos do que com modos repressivos pré-modernos para fundamentar a sua legitimidade.

Destacam-se, no procedimento das ciências humanas, algumas figuras típicas. A figura da alteridade ou da diferença acompanha o conjunto dos procedimentos associados à visibilidade e à promoção, tanto individuais como colectivas. A natureza promocional do tratamento das formas identitárias confere à figura da diferença um destino apolo-gético e às ciências humanas a função do exercício de uma violência teórica inegável. Esta violência é acompanhada por uma modalidade crítica para com as modalidades homogeneizadoras de uma suposta razão universal, anuladora portanto das formas identitárias de resistência à modernização. A modernização representa uma forma edulcorada do conceito de progresso que nos chegou da *Aufklärung*, sucedâneo do optimismo eufórico que caracterizou a fase embrionária da constituição do mundo técnico, entre o século XIII e o século XVII.

Mas esta figura identitária, promocional e crítica, é inseparável de uma segunda, da figura terapêutica, respon-

sável pela função disciplinadora das ciências humanas, sob duas modalidades, a cirúrgica e a pedagógica. A modalidade cirúrgica consiste ora na amputação das formas exógenas que resistem ou gangrenam o tecido maioritário do senso comum, ora na enxertia no corpo, tanto colectivo como individual, de novas figuras susceptíveis de compensar a falência das figuras tradicionais que asseguravam no passado a regulação funcional das estruturas institucionais. A modalidade pedagógica, por seu lado, consiste na inculcação do projecto modernizador de acordo com as necessidades performativas da racionalidade técnica, canalizando assim as energias dispersas e recentralizando as margens que escapam ao modo de funcionamento das instituições.

A estas duas figuras, a identitária e a terapêutica, correspondem, no entanto, outras tantas modalidades de resistência, inerentes à nossa modernidade, a da indiferença e, a da dispositividade.

A partir do momento em que a diferenciação identitária se converte em projecto disciplinar, são as próprias identidades que se convertem num processo generalizado de indiferenciação, votando assim as marcas diferenciadoras a um devir museiforme, a uma espécie de criogenização. De facto, pretender que tudo seja marcado pelo signo da diferença equívale a fazer com que tudo se valha indiferentemente, com que todas as novas formas diferenciais sejam de antemão votadas à indiferença. Quando, de facto, a distinção é promovida a processo generalizado imperativo, o seu resultado é a indistinção e a homogeneidade. É por isso que, por exemplo, o incremento de um número ilimitado de jornais, de rádios livres, de cadeias de televisão tem inevitavelmente como resultado a constituição, a médio ou a longo prazo, de um modelo único de programação e do gosto. Ao converterem-se em imperativo generalizado, obrigadas a imporem-se ao maior número, todas as modas, passado o momento efêmero da novidade, acabam por se valer indistintamente.

A figura terapêutica, quer cirúrgica, quer pedagógica, corresponde a conversão do mundo técnico em dispositivo

de realimentação do moderno com formas arcaicas esquecidas. A dispositividade consiste na sucessiva incorporação da técnica, à medida que o processo pedagógico e a intervenção cirúrgica, operados pelas ciências humanas, alcança os mais íntimos redutos e as margens mais distantes do tecido social. Este seu devir incorporado vota a técnica a um grau de imperceptibilidade que anula a fronteira que distingue o mundo técnico do mundo humano, confundindo-os num novo mundo sincrético, no mundo logotécnico. Assis-timos, assim, hoje, à realização total daquilo que na linguagem se dá como fundo pré-significante e que deixa assim de resistir à realização performativa, fundo que é da ordem do pro-jecto que se anuncia no *logos*. É esta realização total que equívale já à desrealização generalizada e nos vota a uma forma identitária definida pela conexão viral às imagens logotécnicas do mundo, tanto do mundo natural como do mundo inter-subjectivo e do mundo intra-subjectivo.

As ciências humanas não estudam objectos mas factos e obras. Max Weber definia, por isso, a Sociologia como «uma ciência que se propõe compreender por interpretação (*deutend verstehen*) a actividade social e assim explicar causalmente (*ursächlich erklären*) o seu desenrolar e os seus efeitos» (Weber, 1971 : 4).

Wilhelm Dilthey (1833-1911), na esteira aliás de Schleiermacher (1768-1834), vira já na consciência historicamente operativa (*Geschichtlichkeit*) o fundamento epistemológico da distinção entre as ciências da natureza (*Naturwissenschaften*), cujo objecto consiste na descoberta das leis que explicam (*erklären*) os fenómenos do mundo natural, e as ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*), votadas à compreensão (*verstehen*) do sentido visado pelo agir humano e da significação das suas obras. A memória destas distinções inaugurais das ciências humanas é hoje particularmente urgente, **na** medida em que precisamente a realização logotécnica **actual** tende a anular a sua especificidade ou, pelo menos, **a confundi-las**.

A epistemologia das ciências humanas apresenta **duas** vertentes distintas, a vertente instrumental e a vertente genealógica. É minha preocupação mostrar que a radicalidade desta separação provém sobretudo do esquecimento, operado pela modernidade e pela conseqüente autonomização das ciências humanas, da perspectiva hermenêutica originária. Pretendo assim mostrar que o diálogo entre as diferentes epistemologias que se confrontam só é possível se tivermos em conta a natureza discursiva do saber e aceitarmos tomar a sério as preocupações esquecidas da hermenêutica. Deste modo, o conflito das razões inerente às aporias do conhecimento científico, postas em relevo nomeadamente pela moderna questão da irreducibilidade dos diferentes paradigmas e modelos, exacerbada aliás pela epistemologia histórica, ganha em ser compreendido dentro da lógica que preside às formações discursivas. Esta lógica pressupõe um entendimento prévio nomeadamente quanto:

- a) à realidade a que o discurso científico se refere;
- b) à significação do léxico utilizado;
- c) aos processos de encadeamento das designações **utilizadas**;
- d) ao sentido visado pelo discurso científico.

A racionalidade moderna comporta a distinção de diversos domínios de realidade que constituem outros tantos mundos autônomos. É desta distinção que procede aliás a relação desencantada, adulta e racional, tanto à linguagem como à técnica. Jürgen Habermas esquematiza estas distinções, agrupando-as em torno de quatro realidades: a do mundo objectivo da natureza, a do mundo das relações inter-subjectivas, a do mundo intra-subjectivo e a do mundo da linguagem (Habermas, 1987:64-69). É portanto racional o homem moderno na medida em que a sua actividade for adequada à lógica própria de cada um destes mundos, fazendo-lhes assim corresponder respectivamente **um** «agir teleológico-estratégico», um «agir regulado por normas», um «agir dramático» e **um** «agir comunicacional» (Ibidem: 90-117).

Esta maneira de esquematizar a autonomização dos diferentes domínios da experiência do homem moderno presta-se a dois reparos. Em primeiro lugar, não se compreende porque razão os devemos limitar aos quatro mundos referidos. Porque não distinguir, por exemplo, os mundos político, militar, familiar, etc? Compreende-se que, prosseguindo as distinções propostas por Max Weber, Habermas prefira situar-se a um nível ideal-típico. Mas, ao reconhecer a autonomia da esfera da linguagem como um mundo próprio, não são todas as experiências humanas empíricas que adquirem o direito à autonomização, com o conseqüente reconhecimento do seu devir autônomo? O segundo reparo tem a ver com a historicização da noção de racionalidade moderna, confundindo-a abusivamente com a forma que apresenta na Europa, na seqüência das mudanças que aqui têm vindo a ocorrer ao longo dos últimos três séculos. A este propósito, refira-se que dificilmente podemos conceber e historicamente verificar a existência de sociedades humanas em que não ocorram processos de desencantamento e de racionalidade com a conseqüente constituição de mundos autônomos da experiência.

De qualquer modo, a brecha cavada entre as diferentes esferas de realidade ou, para falarmos como Habermas, entre os diferentes mundos, torna sempre problemático o consenso acerca da delimitação do objecto do saber. É por isso, por exemplo, que, apesar de a nossa cosmologia ter sido radicalmente alterada desde Copérnico e Galileu, a linguagem quotidiana e toda a nossa vida social continuam a referir-se e a guiar-se por uma visão antropocêntrica do universo. Na vida de todos os dias, continuamos a referir-nos às antigas tradições míticas apesar do processo desmitificador a que a modernidade as submeteu. O hiato entre o mundo da cultura e o mundo da ciência consiste, antes de mais, na referência a esferas distintas da experiência.

Um dos termos mais controversos é o de significação. Todos sabemos utilizá-lo mas dificilmente o poderíamos definir de maneira consensual. Ogden e Richards, já nos anos 30, enumeraram cerca de vinte e três acepções distintas

(Ogden e Richards, 1936; Fries, 1954 : 57-68). Alguns autores substituem-no por referência, outros preferem conceito, outros ainda faalm de operação de contextualização ou de uso de um termo. Deste modo, ainda que nos atenhamos a um mesmo mundo da experiência, a natureza dos termos utilizados para o referir abre um novo campo de indeterminação a exigir acordo prévio.

Assim, por exemplo, sistema, estrutura, código são termos que atravessam hoje os mais diversos domínios do conhecimento. Mas a identidade de uma mesma designação não passa muitas vezes de uma ilusão quanto à significação que uns e outros lhe atribuem. Quando no domínio da cibernética empregamos a noção de sistema, queremos significar as probabilidades de ocorrência de um acontecimento, permitindo assim medir estatisticamente a maior ou menor probabilidade de um fenômeno acontecer, de acordo aliás com a chamada lei da informação. A sua fórmula matemática, fixada por Shanon e Weaver, equívale à da entropia era termodinâmica: $I = N \log l h$ (Shanon e Weaver, 1949). Esta fórmula define a informação de uma mensagem enquanto probabilidade de um acontecimento ocorrer de entre N escolhas entre h símbolos ou acontecimentos prováveis. Mas a noção de sistema foi igualmente utilizada, por exemplo, por Ferdinand de Saussure numa acepção completamente diferente: «um sistema de puros valores em que nada de exterior determina o estado momentâneo dos seus termos» (Saussure, 1972 : 116). Para Saussure, o sistema determina assim «a combinação de uma forma, não de uma substância» (Ibidem: 157). Radicalizando aliás a concepção saussuriana de sistema, Louis Hjelmslev define-o como «totalidade que se basta a si própria» (Hjelmslev, 1971 : 158), como uma hierarquia ou classe de classes correlacionai, cuja função é, por conseguinte, disjuntiva, do tipo *ou... ou...*, contrapondo-a assim a processo, «hierarquia relacionai, cuja função é conjuntiva, do tipo *e... e...*» (Ibidem: 164-165). Este exemplo mostra que existe divergência, não só entre os diferentes mundos da experiência e as diferentes designações para a referirmos, mas também entre as acepções dos termos uti-

lizados. Estas divergências não são o resultado do estado mais ou menos embrionário do conhecimento, mas permanecem por resolver mesmo no seio das ciências mais avançadas.

Mas o saber, em virtude da sua inscrição na lógica discursiva, não se limita a uma pura justaposição dos termos. Comporta ainda modalidades de encadeamento de designações em frases e em conjuntos discursivos mais vastos de natureza textual. Procede assim a encadeamentos de natureza interrogativa, expressiva, indicativa, demonstrativa, argumentativa (Lyotard, 1983). A ordem destas modalidades e o seu encadeamento pressupõem a existência de um acordo acerca do mundo do texto e desse acordo depende a construção do mundo do saber.

O saber científico, além de visar o conhecimento de uma determinada esfera de realidade, não pode deixar de visar igualmente outros objectivos, como, por exemplo, a sua transmissão, a determinação da actividade humana num determinado domínio da realidade, a valorização moral, cultural ou social do indivíduo ou de um determinado corpo social, a satisfação intelectual ou estética produzida pela elegância do raciocínio ou da sua expressão. Estes diferentes sentidos visados podem mesmo ser, por vezes, contraditórios entre si, ditando inclusive modalidades de encadeamento textual divergentes: alteram a significação dos termos utilizados, presidem à escolha de terminologias diversificadas, definem mundos da experiência diversos. A título de exemplo, refira-se que uma exposição didáctica, visando a transmissão de conhecimentos, raramente pode seguir modalidades de encadeamento das frases idênticas às que prosseguem finalidades técnicas destinadas à intervenção nessa área do saber nem se adequa em princípio à da exposição sistemática do cientista.

Deste modo, um largo e diversificado espectro permanece como pressuposto não-dito no conhecimento, votando-o assim a um questionamento virtual incessante, como consequência

inevitável da sua natureza discursiva, como resultado incontornável da necessária inscrição dos diferentes mundos da experiência no mundo da linguagem. A presença silenciosa deste mundo da linguagem, com as suas regras e as suas modalidades próprias de funcionamento é, ao mesmo tempo, limite e abertura da realidade, ponto de partida e ponto de chegada das designações e das significações, ordem classificatória dos signos e princípio de variação indefinida do seu uso, numa palavra, horizonte de todos os sentidos virtuais. Por isso, comentando a obra de Michel Foucault, Dreyfus e Rabinow podem afirmar:

«Contrariamente à maior parte dos territórios conhecidos, este (o discurso) é-nos tão próximo que temos muita dificuldade em encontrá-lo» (Dreyfus e Rabinow, 1984 : 72).

Ê, no entanto, do esquecimento (*lethe*) desta inscrição incontornável de todo o saber na linguagem que a redução instrumental da racionalidade moderna é possível, votando as ciências a um devir mítico, ao retorno da confusão mítica entre o ser e o dizer. Mas, paradoxalmente, é igualmente deste esquecimento que procede hoje a autonomização da linguagem como mundo próprio e a sua conversão em dispositivo maquínico logotécnico.

1. *A questão da instrumentalidade*

Quando nos referimos à natureza instrumental da ciência moderna, confundimos habitualmente nesta designação dois sentidos diferentes e em grande parte divergentes: o sentido operativo e o sentido performativo.

A instrumentalidade operativa tem a ver com a relação que as ciências modernas estabelecem com os instrumentos de percepção, de medida, de experimentação e de confirmação ou de validação dos conhecimentos. O lugar e a importância da instrumentalidade operativa foram claramente postos em relevo por Claude Bernard, logo no início da *Introdução ao Estudo de Medicina Experimental*:

«Um instrumento construído de uma determinada ma-

neira, o emprego de um reactivo em lugar de outro são suficientes para resolver as mais elevadas questões gerais. Cada vez que um meio novo e seguro de análise experimental surge, vemos sempre a ciência fazer progressos nas questões em que este meio pode ser empregue. Pelo contrário, um mau método e processos defeituosos de investigação podem ter como consequência os mais graves erros e atrasar a ciência des-caminhando-a» (Bernard, 1987 : XI-XII).

A instrumentalidade performativa, por seu lado, designa uma modalidade de legitimação do saber inversa, na medida em que assenta na eficácia ou na eficiência que o saber proporciona em ordem à transformação da sua 'esfera de realidade, em ordem a projectos humanos de intervenção no mundo. Depois de associada predominantemente à performatividade técnica no mundo da natureza, a questão da instrumentalidade performativa coloca-se hoje sobretudo a propósito da sua extensão ao mundo inter-subjectivo das relações sociais, ao mundo intra-subjectivo e ao mundo da linguagem.

Para além do seu valor heurístico, estas distinções permitem não só aclarar o debate epistemológico mas ainda radicalizar a crítica da instrumentalidade, dando conta da extensão da técnica ao mundo, até há pouco tempo, marginal à intervenção técnica, ao mundo da linguagem.

Esta questão coloca-se hoje com particular relevo, devido à importância adquirida pelas técnicas de informação e à sua penetração em todos os domínios das sociedades contemporâneas. De reflexo do pensamento e da acção, a linguagem adquire assim cada vez mais claramente uma dimensão modelizadora, informando e orientando os projectos e a actividade das instituições, intervindo eficazmente na própria esfera económica, condicionando a natureza dos produtos, comandando a orientação dos mercados, gerando a conformidade dos comportamentos, ditando as exigências e a diversificação dos públicos.

O alargamento da tecnicidade ao domínio da linguagem, com a autonomização das logotécnicas corre, no entanto, o risco de nos distrair da componente operativa da instrumentalidade do saber. De facto, a eficácia do saber é indissociável

do desenvolvimento actual de dispositivos inerentes às esferas da percepção e da experimentação, constituindo a dimensão operativa um dos fundamentos mais subtis da legitimação do saber pela eficácia técnica.

A tecnicidade pertence ao domínio do saber-fazer e compreende todo o conjunto de dispositivos através dos quais o homem assegura a sua intervenção no mundo. A sua legitimidade não é, por conseguinte, ditada pelo princípio de não-contradição mas por regras de adequação aos fins visados pela acção. Tendo em conta determinado objectivo, um determinado dispositivo técnico é legítimo, na modernidade, se permitir alcançá-lo melhor, mais depressa e com menores custos do que outros dispositivos técnicos alternativos. Importa a este propósito ter presente a distinção entre utensílios e instrumentos. Enquanto aos utensílios compete contribuir para a realização de acções exteriores, os instrumentos adequara a percepção sensorial aos fenómenos, permitindo assim observar o que sem o seu contributo permaneceria fora do alcance da percepção humana ou, pelo menos, seria percebido de maneira confusa. Deste ponto de vista, a instrumentalidade operativa de determinado dispositivo técnico consiste na adequação a um determinado estado de coisas pre-existente e tem a ver com a percepção e com a experimentação, ao passo que a instrumentalidade performativa está associada à eficácia com que entendemos intervir no mundo.

A questão da instrumentalidade depende assim da natureza da racionalidade moderna tanto no que se refere à determinação dos objectivos da acção como no que se refere à dependência da experiência em relação aos dispositivos disponíveis. Por seu lado, a extensão da tecnicidade ao domínio da linguagem terá como consequência a sua conversão em processo informativo instrumental. Esta viragem comporta aspectos de natureza técnica, mas repercute-se igualmente nos domínios das relações sociais e da legitimidade política.

Do ponto de vista técnico, observamos hoje três mudanças importantes: a cobertura em simultâneo do planeta

pelos dispositivos logotécnicos, a sua miniaturização e a instalação de um sistema reticular de informação.

Durante milênios, as sociedades humanas viveram confinadas ao espaço da colectividade e as suas relações não iam além das sociedades limítrofes. As tradições, o saber e a técnica estavam assim delimitados pelas fronteiras culturais da colectividade concreta dos homens que partilhavam o mesmo território em comum. Para além destas fronteiras, era o desconhecido, com a sua ambivalência, de espaço ao mesmo tempo temido e sedutor .

Hoje, os satélites geoestacionários de telecomunicações cobrem em permanência o globo terrestre e estendem até o seu raio de influência para além do nosso planeta. As sociedades humanas passaram a contar com um devir conectado em permanência ao conjunto do universo.

A médio prazo, a comercialização generalizada das antenas parabólicas, o aperfeiçoamento dos aparelhos de captação e do sistema de transmissão acentuarão ainda mais a planetarização do sistema de informação.

O desenvolviraento técnico destes últimos três séculos esteve sempre associado a uma cada vez maior dimensão das máquinas, visto este desenvolvimento depender sobretudo das soluções de corapatibilidade, tanto energéticas como mecânicas, dos seus elementos constituintes. A informatização corresponde hoje a uma viragem radical em relação à perspectiva industrial do desenvolvimento técnico precedente. Veio permitir gerir sistemas complexos, inscrevendo-os em programas logísticos e, deste modo, reduzindo as dimensões da máquina a proporções cada vez mais miniaturizadas. Esta viragem prova inequivocamente que o grau de tecnicidade não depende da dimensão mecânica dos dispositivos técnicos mas sim do grau de imperceptibilidade da sua estrutura e do seu funcionamento, até atingirem a capacidade de quase se confundirem com os seres naturais e de serem por eles incorporados (Simondon, 1969). Com a informatização, assistimos de facto ao destino mediático da técnica, convertendo-a numa quase prótese do corpo, enxertando-se nele e confundindo-se quase com os órgãos de percepção. O sentido da

miniaturização técnica coincide assira cora o seu devir imperceptível de dispositivo bio-técnico (Foucault, 1976).

Durante os últimos três séculos, o desenvolvimento industrial consistiu numa solução de comproraisso entre os elementos que integram a raáquina, de maneira a permitir um raodo de funcionaraento integrado e a raanter a raáquina ao abrigo das disfunções que adviriara das incorapatibilidades de articulação funcional dos seus elementos. Com a informatização, estamos perante a organização de modelos funcionais era sisteraas coraplexos integrados era redes que originara uraa estrutura técnica já não raecânica raas reticular. Os sisteraas de cablagera actualraente era curso de iraplantação perraitera integrar no mesmo sistema uraa grande diversidade de serviços, aumentando assim exponencialmente o volurae do tráfego, a irabricação dos diferentes dispositivos, tornar mais fino e fiável o funcionaraento do próprio sisteraa. A rede substiuti já a raáquina, tornando a técnica tanto raais funcional quanto raaior for a raultiplicidade de eleraentos que por ela circularera.

Do ponto de vista das relações sociais, esta progressiva substituição das relações iraediatas e concretas pela conexão à rede logotécnica corresponde a uma maneira diferente de percepção do espaço e do tempo. Assiste-se a uraa progressiva hiper-valorização do instante, em detrimento da meraória do passado e dos projectos de investiraento no futuro. A instantaneidade sobrecodifica a oposição tradicional do presente, do passado e do futuro. Do raesrao modo, a oposição entre o território concreto de pertença e o exterior, ao raesrao terapo temido e desejado, é substituída pelos valores inerentes à conexão ao sistema reticular de inforraação instantânea.

Até há pouco tempo, podíaraos facilraente distinguir três modelos de sociabilidade, o da comunhão, o da coraunidade e o da sociedade. Estes três raodelos correspondem a um esquema sociológico tradicional ditado por uma matriz constituída pelo cruzamento de duas variáveis, a da autonomia *versus* dependência e a do indivíduo *versus* grupo. Partindo

da comunhão, em que a dependência do indivíduo ao grupo é máxima, e da comunidade, em que essa autonomia é relativa, a sociedade caracterizar-se-ia pelo facto de nela o indivíduo ter a máxima autonomia. A actual constituição de redes de solidariedade mediática oferece a experiência de um novo modelo de relações sociais caracterizado por um valor de conexão ao sistema de informação, transversal às formas tradicionais de sociabilidade. Não é que esta nova forma de sociabilidade reticular tenha surgido de repente nas sociedades actuais. Já conhecíamos a existência, por exemplo, do telefone, da rádio, do jornal. Até na Antiguidade, múltiplas redes de relações sociais estabeleciam influências à distância entre os indivíduos e as culturas. Hoje, porém, a integração destas formas de sociabilidade reticular num sistema técnico próprio convertem-na na forma privilegiada de organização do espaço público, a ponto de se ter já tornado na forma de mediação e de visibilidade do conjunto das nossas relações sociais, sobrepondo-se assim às relações de vizinhança, de convívio directo e imediato, de participação na vida pública, de trabalho. Paradoxalmente, as relações sociais são já hoje tanto mais directas, no quadro das formas de sociabilidade reticular, quanto mais mediatizadas forem.

A vida social é regida por todo um jogo de regularidades baseadas na experiência adquirida e na memória que perpetua as suas marcas. É em função deste jogo de regularidades que se criam as expectativas e os hábitos de comportamento individual e colectivo. Estas regularidades podem até tornar-se anacrónicas e insuportáveis, quando coarctam a emergência da inovação desejada, pois sem elas a vida social seria votada à imprevisibilidade e a vida quotidiana tornar-se-ia assim extremamente desgastante e por isso insuportável.

O sentido, tanto da linguagem como da acção, está intimamente associado a esta memória assim como aos projectos que prosseguimos. O facto de hoje coexistir, no sistema mediático, uma multiplicidade indefinida de modelos virtuais e de os termos da permanência à disposição faz com que o presente surja como dimensão temporal própria, relativamente autónoma em relação à memória do passado e dos projectos

de futuro. A própria reabilitação do passado tende a tornar-se, neste contexto, nuraa forraa folclórica de revivalisrao. O futuro é assira encarado corao probleraático e aberto a toda a panóplia de investiraentos virtuais disponíveis de antemão no sistema informativo.

Durante os railénios que nos precederam, as relações sociais estavam relativamente confinadas a um lugar concreto de enraizamento, uraa coraunidade de pertença. Na distinção entre os que partilhavam connosco o mesmo destino, os de dentro, e os outros, assentava o reconhecimento de regras de convivência e de conivência (Mayol, 1980:23-50). Os actuais sisteraas reticulares são transversais às clivagens que constituíara a nossa visão do raundo e as regras que presidiara às nossas relações sociais. Definera assira novas clivagens entre os que estão conectados a ura raesrao sisteraa planetário de inforraação, independentemnte da área geográfica e cultural em que residam, e aqueles que não lhe têm acesso.

Enfim, do ponto de vista político, assistimos hoje à emergência de novas modalidades de legitimidade, de acesso ao exercício do poder, cora a conseqüente redefinição do conceito e da prática da dominação política.

De resultado de uraa vontade soberana, fundaraentada na genealogia ou na delegação publicaraente expressa pelos cidadãos, a legitiraidade política tende hoje a transforraar-se era raecanisrao de convenciraento através da produção de efeitos plausíveis de sentido. Deste raodo, a ura sisteraa de representação viçaria, substitui-se cada vez raais a encenação de ura raodo de representação teatral e a gestão do sisteraa reticular de informação, raecanisrao destinado a irrigar por capilaridade, em permanência e instantaneamente, o tecido social. Assira, era vez de se fundar na produção de uraa razão legitiraante, a nova ordera política assenta na sedução, nura tratamento instrumental da linguagem, destinando-a doravante, claramente a um devir informativo, a processos ritualizantes retóricos, pela conversão da linguagem em dispositivo mecânico sujeito a processos análogos aos dos reflexos condicionados que encontramos no raundo biológico. É este devir instrumental da linguagem que confere à memória a

sua dimensão arcaizante que se observa nomeadamente na folclorização e na criogenização de toda a espécie de marcas culturais identitárias. As reminiscências culturais e o restauracionismo ecologista tão era voga convertem-se ora em modalidades nostálgicas ora em exotismo, outras tantas maneiras de encenação do sentido e de realização de um mundo há muito desaparecido.

2. *A questão genealógica*

As ciências humanas, confrontadas com esta suspeita de uma viragem da racionalidade moderna cujo sentido se esgotaria no próprio movimento da sua realização, não podem deixar de se interrogar acerca da genealogia deste processo. A questão genealógica corresponde de facto ao desencantamento que caracteriza a racionalidade moderna, à ruptura para com a crença num conteúdo transcendente originário, a partir do qual se perspectivariam as formas alegóricas do devir.

«Derrière les choses il y a 'tout autre chose': non point leur secret essentiel et sans date, mais le secret qu'elles sont sans essence, ou que leur essence fut construite pièce à pièce à partir de figures qui lui étaient étrangères» (Foucault, 1971 : 148).

Assim, ao invés da impossibilidade de acesso a uma origem essencial e a uma finalidade teleológica, joga-se no saber actual a denúncia da dominação instrumental que acompanha o seu discurso legitimador. Fica, por conseguinte, do discurso da reminiscência e do discurso do progresso; início de todas as modalidades especulares da substituição estratégica das grandes narrativas modernas, sob a capa edulcorada dos discursos da modernização. Depois de termos feito recuar interminavelmente a data da fundação e de termos ultrapassado todos os prazos concedidos à realização plena dos nossos sonhos colectivos, é a uma visão irónica e desencantada que a nossa razão está doravante votada.

A problemática genealógica surge assim na epistemologia

moderna como ultrapassagera tanto do relativisrao histori-cista corao dos pressupostos raetafísicos inerentes à crença nos valores transcendentos da origera e da finalidade. A sua preocupação é «dar conta dos reflexos do arcaico que atravessara a actualidade... conferindo-lhe raarcas regressivas e efeitos de sentido» (Rodrigues, 1988 : 195). A sua raetodologia não é por isso estrutural raas figurai: procura não as forraas invariantes e as combinatórias proibidas ou perraitidas pela estrutura raas as figuras insignificantes de que é tecido o presente, geradoras de efeitos iraprevisíveis e aleatórios de sentido.

«Não se trata apenas de identificar os retornos eféraeros do antigo no novo, nomeadamente sob as figuras folclóricas do *retro*, tão em voga nas actuais ideologias ecológicas, populistas e folclóricas» (Ibidem: 195). Estes processos estão ainda eivados de uma velha crença na energia revitalizadora da reconstituição do arcaico, do paraíso perdido. Trata-se antes de dar conta da sua insignificância, da função estratégica da sua criogenização ritualizante.

A geneologia é por isso componente positiva do criticismo. À dissolução das noções de verdade, do perspectivisrao, do real, da significação e do sentido, do novo e do progresso, contrapõe-se a raultiplicidade positiva das perspectivas que inforraam o devir errático do devir finito incontornável da razão. Era vez da ortodoxia e da ortopraxia, o projecto genealógico busca, nos interstícios ou nas brechas por onde se disserainam as exclusões, as marcas que geram e alimentam o sentido das práticas jurídicas, económicas, políticas, discursivas.

O saber aparece assim mais como ura palirapsesto reescrito ura núraero indefinido de vezes, serapre outro e serapre o raesrao, votado por conseguinte a ura autêntico agonisrao hermenêutico, ao conflito das interpretações. Ao contrário, por conseguinte, da perspectiva histórica, que postula para o devir ura sentido linear, uma origera e ura fira a encontrar, o projecto genealógico procura antes «repérer la singularité des événements, hors de toute finalité raonotone» (Foucault, 1971 : 145).

Para o projecto genealógico não são, por conseguinte, signos mas figuras in-significantes que se estendem à superfície dos acontecimentos do raundo. É cora estas figuras que se gerara as configurações de sentido, graças à sua recor-rência ritualizada.

O desencantaraento inerente ao campo actual do saber está assim intimamente relacionado com a realização técnica do pensamento, deste fundo inomeável da linguagem, com o facto de o conhecimento científico se apresentar como domínio da racionalidade instrumental sobre os diferentes mundos da experiência. Apresenta-se assim como substituto e como termo do devir do pensamento e da linguagem. Daí a dupla questão que atravessa o projecto genealógico:

— qual o pensamento que a técnica realiza?

— como se chega hoje ao nível de realização técnica do pensamento?

É inegavelraente a modalidade instrumental do pensa-mento que a técnica realiza. Nesta realização, a técnica tende para a instrumentalização de todo o pensaraento, o que equiivale a dizer, para o terrao da raodalidade reflexiva em favor da modalidade mecânica, constituída por modelos ope-rativos e por processos funcionais automatizados. O seu princípio é, por conseguinte, a operacionalidade e a automa-tização, não é o questionamento e a reflexividade.

Seria, no entanto, errôneo considerar este devir instru-mental como limite susceptível de vir alguma vez a ser atingido. Este devir instrumental é sera dúvida um limite, mas a sua natureza não é histórica, é tensional; dá-se sob forma de uraa rairagera que se projecta no horizonte de um novo mundo sincrético, de um mundo homogeneizador da modernidade, confrontada com a diversidade de mundos autônomos. É portanto um limite tensional que preside ao desabrochar técnico dos diversos mundos da experiência, inscrevendo-os num devir totalizante de natureza não des-pótica mas raaquínica ou, por outras palavras, nura devir desencantado era relação às formas originárias da indife-renciação totalizante mítica. É este o horizonte da objecti-vação das ciências e da razão que as sustenta. Por isso, este

horizonte corresponde igualmente à sua impossibilidade real, funcionando apenas como estratégia reabilizadora da instrumentalidade e como reatualidade perigosa de formas novas de totalitarismo doce.

Para este devir maquínico da razão contribuem ainda as experiências singulares, as falhas e as margens da própria instrumentalidade, enquanto alimento energético dos próprios dispositivos, como suplemento anímico, espécie de concessão feita ao anacronismo do seu destino humano. Muitos vêm neste suplemento anímico e nesta fonte energética formas remanescentes arcaicas de resistência. Trata-se, no entanto, igualmente de um fundo susceptível de integrar as formas modelizadas pelos dispositivos em figuras arcaicas reconhecíveis pelo homem.

A realização técnica do pensamento chega-se pela extensão da racionalidade instrumental ao mundo da linguagem, sendo assim a linguagem reduzida a uma direção reatualizadora, não só operativa mas igualmente performática, da totalidade da experiência, a uma função informativa.

O projecto genealógico não se confunde, por conseguinte, com o historicismo, dominante no século XIX, não se confunde com a procura de uma explicação de natureza genética através da busca das origens. A relação à memória não é da mesma natureza nem é outro projecto. Enquanto para o historicismo as formas evoluíram linearmente desde um estágio originário para um estágio final segundo uma ordem teleológica ditada por regras inscritas na memória individual ou colectiva, o projecto genealógico introduz uma relação entre a memória e o esquecimento que é susceptível tanto de descortinar no novo as formas ou os vestígios do arcaico como de gerar sempre novas configurações presentes com formas do passado esquecidas. Por isso, para o projecto genealógico trata-se mais da irrupção do imprevisível, de dar conta do acontecimento singular, da emergência de formas identitárias no seio da diferença e do diferimento interminável do sentido. O historicismo vê na história uma acumulação progressiva de significações; a genealogia considera as significações como os reflexos no presente de figuras in-significantes

esquecidas. O presente é para a perspectiva genealógica a matriz erabraiadora de reraemoração, da actualização positiva de forraas perdidas, de desvendaraento (*a-letheia*) das figuras que aliraentara os dispositivos de adestramento dos corpos individuais e colectivos, atribuindo-lhes uma identidade singular, um nome próprio.

3. *A questão hermenêutica*

Aliás o esquecimento esteve sempre associado ao processo interpretativo (*hermeneia*) das diferentes modalidades de expressão constituídas em textos. A natureza científica do conheciraento esteve serapre dependente da fundamentação racional da interpretação e da concomitante relegação para a esfera do *muthos* dos conheciraentos acríticos, fundaraentados, não do *logos*, na indagação racional, mas na crença ingênua numa colagera iraediata e espontânea da linguagem às coisas e aos estados de coisas.

Tal como a instrumentalidade apresenta uraa multiplicidade de aspectos, tarabéra a herraenêutica compreende uma diversidade de paradigmas e de níveis de interpretação, em função das diferentes modalidades de fundamentação racional do saber. No entanto, na hermenêutica actual, depois de Heidegger, Schleiermacher, Dilthey, Gadamer, Ricoeur, sobressai o questionamento acerca das possibilidades do seu próprio processo de produção textual, inscrito, como se sabe, numa espécie de «mise en abirae» da enunciação, dando-se portanto corao processo de interpretação interminável e aberta.

Podemos, no entanto, distinguir duas vertentes na hermenêutica actual: a vertente metodológica, que procura numa meta-teoria o ponto de fuga a partir do qual possa perspectivar uraa prática textual finita, e uraa vertente fenomenológica, mais atenta às modalidades de diferenciação dos signos que respeite a historicidade do conheciraento, votado dora-vante a ura incontornável destino fragraentário. Enquanto a primeira vertente está intimamente associada à suspeita de

uma realidade escondida, latente, no texto manifesto, que a interpretação visa precisamente desvendar, a segunda vertente dedica-se a determinar as configurações que tecem a superfície expressiva do discurso, os reflexos significativos que emergera da cristalização de figuras in-significantes.

A hermenêutica raetodológica é, por conseguinte, de natureza geológica e arquitectônica, visto procurar na leitura a ressonância de uraa palavra outra susceptível de compreender o jogo das significações manifestas e de lhe dar sentido. A hermenêutica fenomenológica, por seu lado, é genealógica e figurai, visto prestar antes atenção aos processos de gestação do sentido, à superfície do texto.

O facto de era todo e qualquer processo interpretativo estarera era jogo, não objectos, raas obras, factos e aconteciraentos, cuja emergência é portanto, já de antemão, inscrita num projecto humano cora sentido, iraplica a co-<presença do mundo a interpretar ao raundo do interpretante. É por esta razão que o projecto interpretativo está inevitavelmente inserido no círculo hermenêutico. O círculo hermenêutico consiste na inseparabilidade dos raundos que a racionalidade instruraental moderna se esforça por autonomizar, ao instaurar o horaera corao objecto de saber disciplinar. É já esta circularidade que encontramos, por exemplo, na análise do texto narrativo, ao pretender-se distinguir a história contada, com o jogo funcional da intriga, do encadearaento das acções e das personagens, por um lado, e uma temporalidade distinta, a da sua enunciação narrativa singular. Ao separarraos estas duas teraporalidades, a da narrativa contada e a da sua enunciação, esqueceraos que é precisaraente no processo enunciativo que o processo narrativo se gera e que é pelo facto de partilharraos cora o narrador ura raesrao universo de sentido que soraos capazes de corapreender o sentido do universo narrado. Paul Ricoeur charaou a atenção para o facto de esta exigência inescapável não ser apenas própria da narrativa de ficção; a própria narrativa histórica, mesmo aquela que dá conta de acontecimentos, factos e fenómenos humanos distantes de nós, não pode prescindir desta exigência (Ricoeur, 1986: 11-18). O cír-

culo hermenêutico está assim intimamente associado à exigência de implicação do intérprete assim como à distinção entre o facto e o dado, a obra e o objecto do conhecimento. As ciências humanas distinguera-se das ciências da natureza por se debruçarera sobre obras e factos e não dados o objectos. Exigera por isso a partilha do raesrao mundo em que as significações a interpretar emergera e são compreensíveis. O mundo partilhado pelo intérprete e pelo interpretado delimita assim o horizonte das significações virtuais da obra. É por isso que, apesar da natureza iliraitada dos signos, nem todas as interpretações são passíveis nem têm o mesmo grau de pertinência. Algumas são por isso impossíveis apesar de logicamente permitidas pelo jogo formal das regras de permuta ou de comutação dos signos. A hermenêutica apresenta-se deste modo como princípio de contensão do relativisrao que caracteriza o estruturalisrao, inscrevendo o universo iliraitado da significação no carapo limitado do sentido, do mundo partilhado pela comunidade concreta de linguagera em que o homem se constitui corao sujeito de discurso. De facto, se todas as significações são possíveis nem todas são válidas em função das limitações impostas, por esta comunidade partilhada de sentido, à proliferação interrainável das significações. Alguraas são raesrao aberrantes porque situadas fora do mundo em que as obras ou os factos ocorrem.

Deste modo, a situação desempenha um dos papéis mais importantes e no entanto mais esquecidos do processo hermenêutico, na medida era que serve de ancoradouro, de fixação do intérprete, deliraitando o seu horizonte de sentido plausível, e de validação da interpretação. Os elementos que constituem a situação representam os critérios extrínsecos de validação do processo interpretativo. Não deveraos, no entanto, confundir a situação com a intenção do autor nem com uma espécie de vontade colectiva, consideradas como princípios transcendentos do sentido, de natureza psíquica ou social. A situação corresponde antes ao conjunto dos pressupostos que, dentro da obra e constituindo-se no seu próprio processo enunciativo, delimitara o horizonte daquilo que, dentro do seu próprio mundo, é possível ou impossível,

provável ou improvável, necessário ou contingente. É este o horizonte que delimita o mundo coraura à obra e ao intérprete e que torna possível, por ura lado, a corapreensão da obra antes raesrao de procederraos a uraa interpretação sisteraática, e, por outro lado, a garantia de que a interpretação permanece fiel ao sentido primeiro visado pelo seu autor, mesmo que ele revele significações que escapara à própria consciência do autor. É por esta razão que a fidelidade da interpretação, apesar de se inscrever sempre no mundo da obra, apesar do círculo hermenêutico, não consiste era repetir tautologicamente aquilo que a obra dá a ler, raas em revelar ou des-vendar aquilo que ela con-figura no limite do seu horizonte de sentido. O processo herraenêutico é assira tanto raais fiel à obra quanto raelhor acrescentar à corapreensão primeira uma autêntica mais-valia interpretativa.

A situação, este ancoradouro do sentido que permite delimitar o horizonte da interpretação legítima, susceptível por conseguinte de validar o processo hermenêutico, não deve tarabéra confundir-se cora o contexto. O contexto tem a ver com as raaterialidades significantes que estão relacionadas cora o processo de constituição raaterial da obra enquanto textualidade, como tecido de formas que sustentam a sua natureza sensorial. O contexto está, por conseguinte, para a situação como a forraa para o fundo, para utilizarraos a distinção kantiana. É era virtude do fundo realizado pela situação, do horizonte ou do ponto de fuga a partir do qual se perspectiva a corapreensão da obra, que as raaterialidades, que forraara com ela um conjunto de manifestações permutáveis e corautáveis, são percepcionadas e adquirera o seu estatuto significativo.

Conclusão

O horizonte que deliraita o carapo actual do saber é claramente dominado pela concepção instruraental da racionalidade. Distinguem-se hoje clararaente três raodalidades na

instruamentalidade científica: a pedagogização generalizada, a biologização e a sociologização do saber.

Na sua modalidade pedagogizante, o saber define-se predominantemente, se não já exclusivamente, pela sua natureza disciplinar. O saber é assim subordinado às exigências da inculcação da ordem, dos princípios e dos procedimentos da sua forma disciplinar. O carapo do saber adquire assim a sua legitimidade e validação, não do princípio de não-contradição nem sequer da sua adequação ao estado de coisas a que se refere, mas da sua utilidade social e política. As funções críticas de questionamento, mesmo quando são evocadas e praticadas, são subordinadas a esta função disciplinadora da sua ordem ou servem-lhe de estratégia de camuflagem.

A modalidade pedagogizante do carapo do saber é sobretudo uma modalidade prescritiva do discurso, é «uma palavra de ordem» ditada ao mundo, fazendo-o entrar numa espécie de molde prévio que anule qualquer irrupção das singularidades:

«La maîtresse d'école ne s'informerait pas quand elle interroge l'élève, pas plus qu'elle n'informerait quand elle enseigne une règle de grammaire ou de calcul. Elle 'enseigne', elle donne des ordres, elle commande. Les commandements du professeur ne sont pas extérieurs à ce qu'il nous apprend, et ne s'y ajoutent pas. (...). L'unité élémentaire du langage — l'ordonné —, c'est le mot d'ordre» (Deleuze e Guattari, 1980 : 95).

A biologização é outra modalidade da instruamentalidade do carapo do saber. Consiste no cuidadoso apagamento das marcas da linguagem, das suas regras enunciativas e do seu mundo específico, de modo a fazer coincidir o seu mundo com o mundo real da vida, a anular o hiato intransponível entre o mundo do homem e o mundo natural. A biologização apresenta-se hoje de maneira paradoxal, na medida em que se dá como um progresso tecnicizante que consiste no retorno imaginário às concepções mais arcaicas da cultura, à indistinção entre o mundo da linguagem e os mundos natural,

social, individual e discursivo. Este retorno à experiência mítica originária acentuou-se indiscutivelmente com a viragem logotécnica a que temos vindo a assistir nestas últimas décadas. O raundo técnico-científico actual tende a confundir a estrutura e o funcionamento do saber cora dispositivos cada vez raais iraperceptíveis e rainiaturizados, com autênticas próteses incorporadas nos próprios dispositivos biológicos. Não admira que o campo do saber se torne cada vez mais indissociável do funcionamento da vida natural. O que hoje é considerado corao científico, nomeadamente nos jornais e nas revistas que se encarregara de formar os consensos quanto ao mundo do saber, confunde-se cada vez mais cora aquilo que incorpora ura alto teor tecnológico ou que é susceptível de vir a ser incorporado pelo mundo natural,

A teoria dos sistemas é claramente o novo *organon* destinado a assimilar num mesmo quadro teórico a explicação e a manipulação tanto do mundo natural corao do mundo técnico, do mundo social e do raundo da linguagera. A biologia encarrega-se já de produzir o funcionaraento natural da reprodução das espécies e do próprio homem. A medicina encarrega-se de substituir os órgãos e os tecidos do corpo huraano por próteses. A inforraação constitui corao que uraa redoraa discursiva que envolve o raundo da linguagera humana. O desenvolvimento técnico é, por um lado, a medida indiscutível do progresso científico, o critério universal de mobilização dos recursos e, por outro lado, realização de tuna totalidade iraaginária que ultrapasse a experiência fragraentária do raundo moderno, a realização da indiferenciação originária entre o desejo e a realidade.

A outra face da modalidade biologizante da racionalidade instmraental do saber é a da sociologização. Consiste esta modalidade em fazer estender até às margens mais periféricas das instituições sociais as regras da racionalidade instrumental, através da constante reforraulação técnica da sua ordera, **de modo a prevenir** assim de antemão qualquer irrupção incontrolada de resistência à sua inculcação. Deste ponto **de vista**, o saber instrumentaliza-se, ao converter-se em estra-

tégia dissuasora das resistências, em estratégia de convivência generalizada. Procede de um mecanismo de naturalização da ordem social instituída, pela estratégia de sedução da ordem naturalizante da instrumentalidade.

A instrumentalidade da ciência moderna é, assim, logotécnica e biotécnica; equívale à vertigem de realização total de todos os possíveis, ao devir técnico da linguagem e da vida. Coloca-nos, por isso, perante a urgência de pensar este devir vertiginoso da consumação do desejo de totalidade. É este questionamento que confere à epistemologia contemporânea a sua componente genealógica, a partir da qual é repensado o antigo projecto hermenêutico.

BIBLIOGRAFIA

- BERNARD, Cl. (1987) — *Principes de Médecine Expérimentale*, Quadrige, Paris, PUF.
- DELEUZE, G. — GUATTARI, F. (1980) — *Mille Plateaux*, Paris, Minuit.
- DREYFUS, H. — RABINOW, P. (1984) — *Michel Foucault. Un Parcours Philosophique*, Paris, Gallimard.
- FOUCAULT, M. (1916) — *Histoire de la Sexualité*, vol. 1. *Volonté de Savoir*, Paris, Gallimard.
- (1971) — Nietzsche, la Généalogie, l'Histoire, in *Hommage à Jean Hyppolite*, Paris, PUF.
- FRIES, C. C. (1954) — Meaning of Linguistic Analysis, in *Language*, XXX.
- HABERMAS, J. (1981) — *Théorie de l'Agir Communicationnel*, vol. 1. *Rationalité de l'Agir et Rationalisation de la Société*, Paris, Fayard.
- HJELMSLEV, L. (1971) — *Prolégomènes à une Théorie du Langage*, Paris, Minuit.
- LYOTARD, J.-F. (1983) — *Le Différend*, Paris, Minuit.
- MAYOL, P. (1980) — *L'invention du Quotidien*, vol. 2. *Habiter, Cuisiner*, 10-18, Paris, U. Génér. d'Ed.
- OGDEN, K. — RICHARDS, I. A. (1936) — *The Meaning of Meaning*, London.
- RODRIGUES, A. D. (1988) — *O Campo dos Media*, Lisboa, Vega.
- SAUSSURE, F. de (1972) — *Cours de Linguistique Générale*, Paris, Payot.
- SHANNON, C. E. — WEAVER, W. (1949) — *The Mathematical Theory of Information*, Urbana, Univ. of Illinois Press.
- SIMONDON, G. (1969) — *Mode d'Existence des Objets Techniques*, Paris, Aubier.